

Faculdade Ari de Sá

**COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA,
MONITORIA E EXTENSÃO – CIME**

Eventos Científicos

Coordenação do Curso de Direito

Semana do Direito

2019



25 ANOS DO GENOCÍDIO DE RUANDA E A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA EM FACE DO AUMENTO DOS DISCURSOS DE ÓDIO

ALVES, Leticia Magalhães Brito

Universidade de Fortaleza

ROCHA, Lauro Augusto Aciole Guedes da

Universidade de Fortaleza

PITOMBEIRA, Sheila Cavalcante

Universidade de Fortaleza

RESUMO

Levando-se em consideração o marco histórico dos 25 anos do genocídio ocorrido em Ruanda e o aumento da intolerância e dos discursos de ódio na atualidade, é de grande importância a discussão sobre a realidade dessa forma de expressão que causa a violação da dignidade de um grupo de pessoas e pode influenciar para a violência e o genocídio. A partir do exemplo da tragédia ruandense, a pesquisa busca fazer um contexto sobre o ocorrido, bem como analisar o *"hate speech"* e suas consequências, fazendo um paralelo da amplitude dos efeitos que esse discurso perigoso pode gerar com o episódio *"Men against fire"* da série *Black Mirror*. Além de discutir sobre como as inovações digitais, tão populares atualmente, influenciam na propagação dessas posturas de intolerância.

Palavras-chave: Dignidade humana; genocídio de Ruanda; discursos de ódio.

A COMPREENSÃO DA JURIMETRIA E SUA APLICAÇÃO NO BRASIL

MOTA, Brendon
SOUSA, Marcelo

RESUMO

Este artigo científico tem como propósito expor uma definição de “Jurimetria”, bem como verificar e demonstrar de forma simplificada ao campo jurídico os possíveis benefícios que advêm da adoção desta abordagem analítica, ainda preterida pelos juristas brasileirose sua contribuição para diversos ambientes.

Assim, a elaboração de uma definição primária do termo “Jurimetria” faz-se necessária para suscitar uma reflexão mais fecunda sobre o assunto. As orientações aqui apresentadas baseiam-se na pesquisa bibliográfica em materiais digitais, periódicos e observações de sistemas de tecnologia digital.

Palavras-chave: Artigo Científico; Jurimetria; Benefícios; Abordagem analítica.

**A CRISE HUMANITÁRIA NA VENEZUELA E OS DESAFIOS DA POLÍTICA IMIGRATÓRIA
BRASILEIRA A PARTIR DA PONDERAÇÃO ENTRE LIBERDADE E FRATERNIDADE**

SOARES, Emanuely Sampaio de Lima
VASCONCELOS, Ana Vitória Gadelha de
AGUIAR, Matheus Menezes de

RESUMO

O presente trabalho aborda de forma sucinta a crise humanitária na Venezuela, conhecido como um país que possui grandes reservas petrolíferas a nível mundial, entretanto sofre grandes instabilidades sejam elas políticas, sociais e econômicas e a pesquisa vai em busca dos fatores geradores que desencadearam esse movimento social. Além disso, o Brasil foi um dos principais destinos desses venezuelanos, diante dessa problemática será observado as medidas feitas pelo governo brasileiro para poder atender essa demanda, desse modo, entramos numa breve discussão sobre a ponderação dos princípios da liberdade e da fraternidade. A pesquisa quanto a sua natureza é bibliográfica e documental, tendo como suporte livros, produções científicas, jornais. Em relação à tipologia, é considerada uma pesquisa pura, pois o intuito da pesquisa é de aumentar o conhecimento e desenvolver novas reflexões para futuras pesquisas, visando em linhas gerais explicar o contexto econômico, social e político da Venezuela e as implicações dessa migração no Brasil, partindo dessa premissa, fazer a ponderação entre os princípios da liberdade e fraternidade.

Palavras-chave: Crise humanitária; Política migratória; Brasil; Venezuela

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO NO BRASIL E A DESBUROCRATIZAÇÃO DO JUDICÁRIO

VIEIRA, Stephanie Cristina de Sousa

RESUMO

Este trabalho procura apresentar a implementação do processo eletrônico no Brasil, demonstrando os procedimentos existentes anteriormente, a fim de se entender as alterações obtidas. O objetivo principal deste estudo recai sobre a importância de se compreender se estas alterações mencionadas trouxeram, de alguma forma, a desburocratização do Poder Judiciário. Buscou-se elucidar tal questão com o intuito de transferir relevantes informações a respeito de questões presentes na sociedade, além de contribuir para pesquisas futuras. A metodologia utilizada foi a teórica, observando, entre elas, obras clássicas. Dessa forma, analisou-se o cenário anterior e o atual, compreendeu-se a respeito da burocracia, de maneira a se chegar à conclusão da existente desburocratização do judiciário através da implementação do processo eletrônico.

PALAVRAS-CHAVE: Processo eletrônico. Poder Judiciário. Desburocratização.

A INFORMATIZAÇÃO PROCESSUAL E SEUS REFLEXOS NOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS DO ACESSO A JUSTIÇA E DA CELERIDADE PROCESSUAL

FILHO, Francisco José Falcão Braga
Universidade de Fortaleza
SCIPIÃO, Maria Emanuele Pinto
Universidade de Fortaleza

RESUMO

Este trabalho visa discutir aspectos relevantes da informatização processual e seus reflexos sob a ótica dos princípios processuais do acesso à justiça e da celeridade processual, inseridos na Constituição Federal e Código de Processo Civil de 2015, mediante análises doutrinárias e legislativas que ensejaram a importância do tema para a sociedade. Por fim, discorreremos sobre os princípios supracitados com toda sua carga doutrinária e a importância da informatização judicial trazida na Lei nº 11.419/06.

Palavras-chave: Princípios; Processo; Informatização; Celeridade Processual; Acesso à justiça.

A INSUFICIÊNCIA NORMATIVA ACERCA DAS CRIPTOMOEDAS E O DESAFIO DE SUA REGULAMENTAÇÃO

OLIVEIRA, Will Hermeson Dantas Gonçalves de
ANDRADE, Thiago da Silva

RESUMO

Por meio deste trabalho, pretende-se abordar a evolução do conceito de moeda com o avanço tecnológico que originou as moedas virtuais, e a insegurança jurídica decorrente da ausência de regulamentação específica ao mercado de moedas virtuais, com enfoque nas criptomoedas, espécie de moeda virtual, que representam crescente ponto de investimento e atenção dos brasileiros. Posto isto, é imprescindível que este cenário, ainda obscuro para a sistemática normativa brasileira, estabeleça normas gerais para a utilização das moedas virtuais. A metodologia usada no presente trabalho será por práticas virtuais, analisando as dificuldades da regulamentação deste sistema monetário e buscando dirimir os questionamentos que surgem acerca das moedas virtuais, com foco na necessidade de uma regulamentação específica.

Palavras-chave: Criptomoedas; segurança financeira virtual; globalização.

**A POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS ESTRANGEIRAS
NA SITUAÇÃO CONFLITUOSA DA VENEZUELA**

CAVALCANTE, Aline Silva
SANTIAGO, Vivian Anne Bezerra
MOTA, Rafael

RESUMO

A pesquisa aborda o contexto histórico e atual da crise política, econômica e social que se instalou na Venezuela. Busca-se, explicar o dilema de um país com dois presidentes, Maduro e Guaidó, e como os últimos acontecimentos vivenciados refletiram em diversas áreas, principalmente na social, desencadeando uma grave crise humanitária. Assim, discute-se a possibilidade de interferência militar das forças armadas estrangeiras no país latino-americano.

Palavras-chave: Crise na Venezuela; Intervenção Militar; Maduro; Guaidó.

**A REGULAMENTAÇÃO DO E-SPORT E O DIREITO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE COM
BASE NO PROJETO DE LEI Nº 383 DE 2017**

CONDE, Renan Bezerra
POMPEU, Inês Mota Randal

RESUMO

Diante do advento tecnológico, o acesso à informação tornou-se cada vez mais célere. Mudanças em diversos aspectos da sociedade podem ser percebidas, bem como novas modalidades de trabalho, as quais, por vezes, ainda não possuem amparo legislativo. A ausência de regulamentação cria desafios quanto à salvaguarda da tutela do obreiro. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental reflete-se acerca da nova modalidade laboral e-sport, bem como seus possíveis impactos na Sociedade em Rede.

Palavras-chave: Novas Tecnologias; E-Sport; Regulamentação.

**A VULNERABILIDADE DO INDIVÍDUO EM FACE DAS LACUNAS DO DIREITO BRASILEIRO
NA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS POR PLATAFORMAS DIGITAIS**

BARROZO, Giovana Lins
ANDRADE, Mariana Dionísio de

RESUMO

O presente artigo se propõe a responder o seguinte problema de pesquisa: A omissão parcial da legislação brasileira contribui para a vulnerabilidade da pessoa nos procedimentos de locação de imóveis por temporada via plataformas de compartilhamento? Busca-se constatar se, de fato, os dispositivos legais se mostram insuficientes para regular sobre tal forma de locação, decorrente da popularização da economia compartilhada, e resguardar as garantias dos indivíduos envolvidos no procedimento. Na pesquisa, a abordagem foi qualitativa, por meio de revisão bibliográfica, estudo da legislação vigente e de jurisprudência e concluiu-se que há a necessidade de maior especificidade no ordenamento jurídico, de modo que sejam levadas em consideração as particularidades dos aluguéis por meio de plataformas eletrônicas, como a grande rotatividade de indivíduos em curto espaço de tempo, a taxa de impostos inferior à paga por redes de hotelaria e os valores mais acessíveis aos usuários, com o fito de garantir maior segurança jurídica aos jurisdicionados.

Palavras-chave: Economia compartilhada; Locação de imóveis por temporada; Plataformas digitais.

ALICIAMENTO DE MENORES: A VULNERABILIDADE NOS MEIOS DIGITAIS

ALEXANDRE, Amanda Santos

FORTUNA, Mariana Farias

RODRIGUES, Marinara Freitas

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a conduta criminosa denominada aliciamento de menores, um ato que fere a dignidade da criança e do adolescente, especialmente na quota sexual dos mesmos. Esse ato libidinoso está se aproveitando dos meios digitais, no qual conseguem efetuar essa conduta de maneira eficiente e alcançando um maior número de vítimas. A sociedade atual é conhecida por viver a era da informação, da conexão digital e de fato é o que sucede nessa época, as consequências desse mundo virtual são diversas, já que a internet acaba sendo utilizada para inúmeros propósitos. Um dos efeitos dessa sociedade conectada são os múltiplos casos de aliciamento de menores, que pode acontecer de diversas formas, dentre elas, as que acontecem nas redes sociais, em razão do uso cedo e demasiado por crianças e adolescentes sem a supervisão necessária. O aliciamento é um processo no qual o púbere é induzido, envolvido, seduzido por alguém que os manipula com emprego de inverdades, para estabelecer um vínculo com a vítima, ludibriada ela cria uma confiança no aliciador, que utiliza esse fato para conseguir alcançar seu objetivo. O aliciamento de menores conduz para o encadeamento de outras condutas criminosas, como a pornografia infantil até mesmo o “estupro de vulnerável”. Dessa forma, este artigo visa expor o grave problema que existem na sociedade brasileira e a necessidade de ele ser evidenciado, para que todos fiquem cientes da relevância desse tema, para que haja uma proteção com menores nos meios digitais.

Palavras-chave: Aliciamento; Menores; Vulnerabilidade; Internet; Crime.

COMO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL IMPACTARÁ NAS ATIVIDADES DOS PROFISSIONAIS DO DIREITO

CLAUDIO, Rebeca Barros
REBOUÇAS, Jully Anne
MOTA, Rafael Gonçalves

RESUMO

Esse trabalho pretende propiciar uma análise sobre como a inteligência artificial impactará nas atividades do profissional do direito, levando em conta todo o progresso da tecnologia no âmbito jurídico. Uma vez que traz uma verdadeira revolução a forma de como os seres humanos realizam as suas tarefas cotidianas, o trabalho e a forma como interagem em sociedade, vai-se a repercutir, em novos fatos jurídicos.

Palavras-chave: Inteligência artificial; profissionais do direito; futuro.

DIREITO AO ESQUECIMENTO: IMPERATIVO DE RESPEITO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

PAIVA, Levi Noletto
CAMPOS, Loandre Oliveira Silva
OLIVEIRA, Maria Alessandra Brasileiro de

RESUMO

O presente artigo tratou do chamado direito ao esquecimento enquanto garantia à dignidade da pessoa humana. A partir de obras bibliográficas sobre a temática, buscou-se analisar e apresentar noções gerais e também a formação de tal instituto; apontando no decorrer do texto posições divergentes e entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. Discutido também os perigos relativos ao desrespeito de princípios basilares do direito, tais como o princípio da proporcionalidade e da dignidade humana. Apontando posições jurídicas diferentes e discutindo sobre a relação do direito à intimidade e o direito de não ter cerceado a privacidade da pessoa que cumpriu sua dívida perante o Estado.

Palavras-chave: Direito ao esquecimento; Tecnologias; RE 1010606; Supremo Tribunal Federal.

AS FASES DE EVOLUÇÃO DA GUERRA E A CONJUNTURAHODIERNA: UMA ANÁLISE DO AVANÇO TECNOLÓGICO COMO FATOR CRUCIAL DA GUERRA

ROCHA, Ruama Assunção
MOTA, Rafael Gonçalves

RESUMO

Fala-se na guerra como algo inerente à condição humana, isto é, uma característica presente desde os primórdios até os dias atuais. Deve-se a isso ao fato de que o homem está em uma busca incessante pelo poder, e a guerra, indubitavelmente, é um meio contundente de conquistá-lo. Porém, embora presente desde o início da humanidade, a guerra não é a mesma, porquanto vem passando por diversas fases, transmutando-se em suas táticas, instrumentos, disposição de recursos, etc. Nesse sentido, este trabalho objetiva demonstrar as fases de evolução da guerra, bem como analisar se o elemento da tecnologia foi e continua sendo fulcral nesta evolução. Para tanto, utilizou-se de metodologia qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica, com ênfase em textos, artigos, bem como outros. Preliminarmente, concluiu-se que a tecnologia é um fator fulcral na evolução da guerra, assim como a Guerra Cibernética está tornando o confronto menos corporal, e estar a impor uma precaução maior por parte de Estados e pessoas.

Palavras-chave: Fases de evolução; Guerra; Avanço tecnológico; Coeficiente determinante.

LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA E O DISCUSSO DE ÓDIONAS REDES SOCIAIS: PROIBIR OU NÃO PROIBIR?

OLIVEIRA, Bruno Soares de
LIMA, Ianka Veloso de Castro

RESUMO

O seguinte trabalho tem como escopo fazer uma reflexão ao expor posições a respeito da liberdade de expressão no contexto atual, como é utilizada nos meios de comunicação vigente onde é questionável a existência de suas limitações. Para tanto, através de uma pesquisa bibliográfica e descritiva, pretende-se analisar duas teses distintas sobre a liberdade de expressão. Em primeiro lugar, demonstraremos a tese de Dworkin de que a mesma não deve ser restringida pelo Estado. No entanto, para Jeremy Waldron, conceituado jurista neozelandês, o discurso de ódio deve ser criminalizado, pois infringe a dignidade da pessoa humana. A análise irá se ater a como o discurso de ódio é visto nas redes sociais no Brasil, para, em um segundo momento verificar como a legislação brasileira alberga as questões relacionadas ao problema apresentado. Por fim, esta pesquisa está consoante com o pensamento dworkiniano.

Palavras-chave: Discurso de ódio; liberdade de expressão; Dworkin; Waldron.

OS APLICATIVOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA E OS SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES JURÍDICAS

Galvão, Alex Renan de Sousa

ANDRADE, Mariana Dionísio de

RESUMO

Este artigo se propõe a responder ao problema de pesquisa: os aplicativos de economia compartilhada são compatíveis com o ordenamento jurídico brasileiro? Foi realizada uma exposição acerca do fenômeno dos aplicativos de economia compartilhada e dos seus impactos na sociedade, com enfoque no mundo jurídico. Conforme o entendimento de Vosgerau, Meyere Contreras (2017, p.911), esta é uma pesquisa qualitativa pautada em análise bibliográfica e jurisprudencial. Ao fim, constatou-se que devido à ausência de normas que versem sobre o tema, tendo em vista a volatilidade do meio tecnológico, o ordenamento jurídico pátrio nem sempre acompanha tais inovações. Logo, o Poder Judiciário tem emitido decisões distintas sobre a temática, evidenciando nebulosidade no assunto.

Palavras-chave: Aplicativos de economia compartilhada; Insegurança jurídica; Direito e Tecnologia.

OS DIREITOS HUMANOS APÓS A SEGUNDA GRANDE GUERRA: A VISÃO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

FREIRE, Caio Regis de Castro VIEIRA, Stephanie Cristina de Sousa MOTA, Rafael Gonçalves

RESUMO

Este trabalho procura apresentar uma visão dos direitos humanos após o fim da Segunda Guerra Mundial, bem como tratar a respeito do conseqüente surgimento de uma nova ordem mundial. O objetivo principal deste estudo versa sobre a importância de compreender como esta guerra impactou nos direitos humanos, quais foram as inovações trazidas, além de entender como se deu a formação da nova ordem mundial mencionada. Buscou-se elucidar tal questão com o intuito de transferir relevantes informações a respeito de inquições presentes na sociedade, além de contribuir para pesquisas futuras. A metodologia utilizada foi a teórica, observando, entre elas, obras clássicas. Dessa forma, analisou-se o cenário marcante Segunda Guerra Mundial, compreendeu-se a respeito de como seus impactos incidiram sobre os direitos humanos, de maneira a colaborar para o surgimento de uma nova ordem mundial.

Palavras-chave: Direitos humanos. Guerra. Nova ordem mundial.

**PRIVACIDADE, TECNOLOGIA E DIREITO: OS IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO
COTIDIANO DOS OPERADORES DO DIREITO**

OLIVEIRA, Will Hermeson Dantas Gonçalves de
SANTIAGO, Vivian Anne Bezerra

RESUMO

Este artigo tem por objeto o estudo do crescente avanço tecnológico, que acarreta em diversas consequências nos mais variados campos do conhecimento, inclusive o Direito. A forma de interação entre as pessoas mudou, tendo-se a predominância da interação cibernética quanto a interação física. Fatos particulares dos usuários são liberados, pelos mesmos, nas redes sociais para acesso de milhões de pessoas, dados estes repassados antes os usuários, se transformando rapidamente em uma “informação pública”. Como decorrência destas interações surgiram o que chamaremos de “Crimes Modernos”, que tratam, entre outros, da Liberdade de expressão, que por muitas vezes, é extrapolada devido a “proteção” ao anonimato que a internet provê; assim como da Violação da privacidade, que trata da captação não autorizada de dados pessoais de usuários que não tinham sido divulgados na rede. Essa globalização da comunicação, exige que o universo jurídico esteja preparado para a aplicação de normas que possam ser capazes de atender todos os anseios da sociedade em todas suas novas formas de interação.

Palavras-chave: Direito moderno; Crimes Virtuais; Direito virtual.

**SEXTING SONORO E NOVAS TECNOLOGIAS: IMPREVISIBILIDADE LEGAL,
INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA? ANALOGIA *IN MALAM PARTEM*?**

PEIXOTO, Jonas da Silva

Faculdade Ari de Sá

SIMEÃO, Renata Costa Farias

Faculdade Ari de Sá

RESUMO

A sexualidade como parte integrante das necessidades humanas tem se intensificado com o advento de tecnologias mais aplicadas às relações dos indivíduos, no entanto, é imprescindível uma observação a fundo da futilidade com a qual tratamos hodiernamente os seres humanos. Nesse sentido o *sexting* sonoro surge como atualização dessa relação sexual, devendo ser observado com cautela quando de maneira hostil obriga alguém a fazê-lo contra a sua vontade. Sendo assim, a lei como maneira de resolução de conflitos e interventora fundamental do Estado nas relações pessoais será a fonte primária de entendimento da criminologia contemporânea e a forma com que essa será interpretada terá profundo impacto na aplicação do Direito. Portanto, este trabalho busca analisar cada um desses aspectos e entender com clareza a relação mais intrínseca entre a operação do Direito Penal e o *sexting* sonoro maléfico ao relacionamento dos indivíduos, verificando a punibilidade da lei e a decorrente interpretação judiciária na aplicação de normas relacionadas. Chegando-se à conclusão de que a inovação advinda da lei 13.772/18 tem profundo impacto na modernização legislativa e na modificação do sentenciamento de ações criminais relacionadas a utilização tecnológica com um teor libidinoso.

Palavras-chave: Analogia; Direito; Interpretação; Sexting.



FACULDADE
ARI DE SÁ